

## A IDENTIDADE DO TRABALHADOR DOCENTE: A CLASSE-QUE-VIVE-DO-TRABALHO

Laryssa Bezerra Lima <sup>1</sup>  
Otília Maria A.N.A. Dantas <sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a construção da Identidade do Trabalhador Docente, considerando este enquanto parte da chamada “classe-que-vive-do-trabalho”. Para tanto, refletiremos: o que é a classe que vive do trabalho? De que maneira a figura do professor se encaixa dentro dessa categoria? Quais as consequências dessa posição enquanto classe na constituição da Identidade Docente? A metodologia empregada no estudo, de base qualitativa, foi a pesquisa bibliográfica. A fundamentação teórica se consolidou em autores como Marx (1989), Frigotto (2010), Antunes (1999), Hypolito e Grishcke (2013) entre outros. Os resultados apontam que o docente se constitui de uma classe que vive do trabalho. Mesmo que sua posição o coloque como intelectual, vende sua força de trabalho para se sustentar o constituindo como trabalhador assalariado, mesmo desenvolvendo um trabalho imaterial. Sua identidade, portanto, se delinea das mediações de sua prática ou mesmo antes, no convívio com os sujeitos do meio social em que vai se forjando, seja o apoiando ou o negando enquanto profissional.

**Palavras-chave:** Identidade Docente, Trabalho Docente, Classe-que-vive-do-trabalho.

### INTRODUÇÃO

O conceito que figura no imaginário social acerca da docência tornou-se um dos fatores preponderantes sobre a questão da atratividade da carreira em questão. A desvalorização histórica do trabalho docente, uma crise que perdura há tempos e se intensifica cada dia mais, é também motivo da carência de um quantitativo de professores que sejam capazes de suprir a demanda educacional no Brasil, especialmente na rede pública de ensino. É uma área que há emprego, há vagas e carência de trabalhadores. Neste artigo deteremos em entender o que pretendemos como objetivo – analisar a construção da Identidade do Trabalhador Docente, considerando-o parte da “classe-que-vive-do-trabalho”.

Este artigo que ora apresentamos nos moveu a investigar sobre as categorias trabalho e classe e de que modo estes constituem a identidade docente. Assim nos questionamos: o que é a classe que vive do trabalho? Como o professor se encaixa nesta categoria? Quais as consequências dessa posição enquanto classe na constituição da Identidade Docente?

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília - UnB, [laryssa.b.lima@gmail.com](mailto:laryssa.b.lima@gmail.com);

<sup>2</sup> Profa. Dra em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília - UnB, [otiliadantas@gmail.com](mailto:otiliadantas@gmail.com)

Destarte, este estudo organiza-se em três partes de maneira que, a primeira refletiremos sobre a categoria trabalho enquanto constituição do ser. A segunda parte abordaremos sobre a categoria “classe-que-vive-do-trabalho” e o papel dos docentes nesta classe. Na terceira destacaremos os resultados e discussões sobre as consequências da posição social que ocupa o docente para o delineamento de sua identidade.

## **METODOLOGIA**

O caminho metodológico trilhado por este estudo é de natureza qualitativa, realizado a partir de pesquisa bibliográfica. A fundamentação teórica se consolidou em autores como Marx (1989), Frigotto (2010), Antunes (1999), Hypolito e Grishcke (2013) entre outros.

A bibliografia foi analisada com base nos seguintes questionamentos: o que é a classe que vive do trabalho? De que maneira a figura do professor se encaixa dentro dessa categoria? Quais as consequências dessa posição enquanto classe na constituição da Identidade Docente?

### **O trabalho na constituição do homem**

O que é trabalho e qual a classe que vive do trabalho? Este questionamento partiu do interesse em entender esta categoria tão importante para a constituição do docente. Há quem diga que a energia emanada pelo docente não se constitui trabalho. Em sendo assim, o que é, então que o docente faz? Vamos iniciar esta discussão pela categoria **trabalho**.

Marx (1989) defende que o processo de trabalho é condição natural e eterna da vida humana. Sua origem está ligada ao planejamento, elaboração e utilização de instrumentos. Para Frigotto (2010, p. 12), o trabalho representa “condição constitutiva da vida dos seres humanos em relação aos outros”, ou seja, o trabalho é “humanamente imprescindível ao homem desde sempre”.

A partir da perspectiva de Marx (1989, p. 202) torna-se necessário que consideremos o processo de trabalho à partir de “qualquer estrutura social determinada”. Marx parte do pressuposto de que o trabalho é uma condição específica ao homem isto porque ao homem e, somente ao homem, atribui-se a capacidade exclusiva de idealizar antecipadamente o resultado de seu trabalho. Ou seja, o trabalho humano, em detrimento do trabalho animal, não representa mera transformação material, mas está impregnado do projeto ao qual aquele que o executa conscientemente idealizou em sua imaginação. Marx (1989, p. 202) retrata as relações

de produção de trabalho, a partir da historicidade, das condições de produção do trabalho. Portanto, o processo de trabalho é constituído por três elementos: o trabalho, o objeto do trabalho e os meios de trabalho.

Aprendemos que o trabalho constitui a existência do homem e que este trabalha em prol da sua sobrevivência dentro de uma sociedade dividida em classes, em que a força de trabalho é explorada pelo capital e, contraditoriamente, mantém a relação que a aprisiona e a submete. O homem com sua força de trabalho produz a “mais valia” que, por conseguinte, lhe é expropriada. O trabalhador é privado daquilo que pela lógica deveria lhe pertencer. A respeito disso Frigotto (2010, p. 12-13) diz que “a história humana, infelizmente, reitera a exploração de seres humanos por seres humanos e a exploração de classes sobre classes”.

Considerando que a classe trabalhadora é aquela que gera a força de trabalho para aqueles que são os detentores do meio de produção, qual a posição do trabalhador docente? Qual lugar este trabalhador ocupa em meio a sociedade capitalista? Quais tem sido as condições de trabalho que o docente está imerso?

### **Professor: a classe-que-vive-do-trabalho?**

O que é a classe que vive do trabalho? Como o professor se encaixa nesta categoria? Partindo da tese referente a centralidade do trabalho, Ricardo Antunes nos apresenta o que chama de classe-que-vive-do-trabalho. Segundo Antunes (1999):

[...] a classe trabalhadora, hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos [...]. Ela não se restringe, portanto, ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado.(ANTUNES, 1999, p. 102)

Na atualidade, apesar das mudanças nos sentidos do trabalho, não há perda de sua centralidade. Mesmo modificados as formas e os meios de produção, as relações de produção são mantidas o que levou o autor a atualizar a visão do conceito de classe trabalhadora para **classe-que-vive-do-trabalho**. Antunes (1999, p. 102) ocupou-se em definir também aqueles que não fazem parte deste novo conceito para classe trabalhadora:

A classe trabalhadora hoje exclui, naturalmente, os gestores do capital, seus altos funcionários, que detém papel de controle no processo de trabalho, de valorização e reprodução do capital no interior das empresas e que recebem rendimentos elevados ou ainda aqueles que de, de posse de um capital acumulado vivem de especulação e juros. Exclui também em nosso entendimento os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural proprietária.

Obedecendo a seu objetivo nesta discussão, que era o de trazer contemporaneidade ao termo, Antunes (1999, p. 103) considerou que também estão incluídos enquanto classe-que-vive-do-trabalho os trabalhadores improdutivos:

[...] aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo, como elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais valia. São aqueles em que, segundo Marx, o trabalho é consumido como valor de uso e não como trabalho que cria valor de troca. O trabalho improdutivo abrange um amplo leque de assalariados, desde aqueles inseridos no setor de serviços, bancos, comércio, turismo, serviços públicos e etc.

Deste modo, o docente encontra-se nesta **classe-que-vive-do-trabalho**. Trata-se de um trabalho improdutivo, pois o seu valor é consumido como de uso, não de troca. Encontramos referência a isto em Hypolito e Grishcke (2013) ao afirmarem que na sociedade contemporânea houve uma significativa intensificação do setor de serviços que, impregnado pelos trabalhadores demitidos da indústria, diversificou-se. Segundo os autores, a educação inclui-se também neste setor, onde as atividades que englobam essa esfera, vêm paulatinamente se destacando no interior da própria classe:

Ocorre, assim, uma crescente diversificação desse setor como fonte de trabalho e renda que engloba um grande número de atividades, tais como comércio, transportes, publicidade, informática, telecomunicações, turismo, educação, saúde, cuidados, recreação e entretenimento, finanças, seguros, segurança privada, limpeza e conservação, administração pública, organizações não-governamentais e muitas outras. Atividades que são inventadas e reinventadas, quase que diariamente, por uma força de trabalho envolvida em ‘comunicação, cooperação, dedicação e reprodução de cuidados’, que ocupa ‘posição cada vez mais central nos esquemas de produção capitalista como na composição do proletariado’. (HYPOLITO; GRISHCKE, 2013, p. 509)

Serviços é uma uma visão ampliada por Hypolito e Grishcke (2013) do que em Marx (1989) seria denominado de trabalho imaterial, ou seja, um tipo de trabalho que não se produz algo enquanto objeto em si, mas enquanto atividade, enquanto processo. Não se trata da transformação da matéria em um produto, mas, como nas palavras de Hardt e Negri (2004, p. 311), são “relações sociais organizadas pela comunicação”; “trabalho que produz um bem imaterial, como serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação”.

A proletarianização crescente desse tipo de atividade tem suas causas diversas. Em relação a atividade docente, o fato desta não produzir algo palpável enquanto “mercadoria” é também um fator que acarreta em sua desvalorização inserindo-se, cada vez mais, nesta condição. Todavia, até que ponto o professor se reconhece enquanto integrante de tal camada social?

Aqui, quando abordamos o termo “proletariado”, nos referimos à qualidade daquele que não tem a concepção do “todo” em relação ao trabalho que executa, que realiza uma parte dele. Aquele que desempenha parte de um trabalho fragmentado. Logo, uma “proletarização”, nesta lógica, representa então uma progressiva fragmentação do trabalho.

Hypolito e Grishcke (2013) lembram que, no tocante a atividade docente, professores também podem ser objeto do universo capitalista, ou seja, podem ser contratados com vistas a geração de lucros, abrindo margem a exploração da atividade docente pelo capital, que oferece a este trabalhador um trabalho precarizado. Segundo os autores, este tipo de trabalho “preserva a marca da pessoa que o exerce” (HYPOLITO; GRISHCKE, 2013, p. 513), justamente por isso o capital o explora de maneira precarizada, pois um professor incorpora mais capital a uma instituição particular, por exemplo, dando aula em uma sala lotada do que com poucos alunos, pois o que gera “mais valia”, segundo Marx é o excedente.

Estudos mais recentes sobre trabalho docente demonstram que este está submetido a formas de controle e de intensificação, articuladas por modelos de organização escolar gerencial – pós-fordistas, as quais além de precarizarem e afetarem as condições físicas do trabalho, afetam igualmente aspectos emocionais e afetivos do professorado. Essas dinâmicas associadas a uma política de auditoria que pressiona as escolas e os docentes, como os grandes responsáveis pelo desempenho e pela qualidade da escola, incentivam e produzem um sentimento de culpa, que se transforma em uma verdadeira auto-intensificação do trabalho (HYPOLITO; GRISHCKE, 2013, p. 519)

Alguns fatores como “a expansão do ensino público e privado e a hierarquização na organização escolar, a padronização de programas de ensino e currículos escolares” (TUMOLO e KLALTER, 2008, p.164), de certo modo impactaram na questão da autonomia do professor. Logo, foram fatores preponderantes para que ocorresse um distanciamento do professor nos resultados de seu trabalho, pois o sujeito, muitas vezes, não se reconhece no produto final.

Como consequência deste não reconhecimento de seu trabalho o docente, por sua vez, não alcança a autonomia sobre sua prática devido a diferentes fatores, restando a estes o que Fidalgo (2009) chama de uma (pseudo)autonomia. Sobre isto encontramos em Oliveira e Vieira (2012, p. 154) que:

Foram muitos os estudos que mostraram a perda de autonomia dos docentes pelos processos de massificação do ensino trazida pela expansão da escolaridade, o arrocho salarial imposto a esses trabalhadores combinado a deteriorização das condições de trabalho, em muitos casos afetando a saúde dos trabalhadores, a feminização do magistério entre outros.

Vicentini e Lugli (2009) chamam a atenção para o fato de que não há, atualmente, como abordarmos sobre o magistério no Brasil sem que se mencione a falta de valorização salarial atrelada às más condições de trabalho, além dos problemas que os professores enfrentam diariamente nas escolas relacionados a violência prejudicando, inclusive, a autoridade dos docentes.

No tocante a essas questões, também não podemos deixar de mencionar que as reformas educacionais a partir dos anos 90 trouxeram, apoiadas no neoliberalismo, uma série de aspectos que reforçam a tese sobre a crescente proletarização do trabalho docente, tais como a descontinuidade de programas educacionais em decorrência de instabilidades políticas, as mudanças nos programas de ensino ditadas de maneira verticalizada sem consulta ou participação a figura do professor nessas discussões e uma série de outros aspectos que sem dúvida impactaram a associação do professorado a esta tese da proletarização acarretando, progressivamente, a perda do domínio de seu trabalho.

O que se pode perceber a partir do atual contexto educacional brasileiro e a partir das questões abordadas pelos autores estudados é que a figura do professor vem perdendo constantemente sua autonomia dentro do desenvolvimento trabalho docente, além de sofrer uma constante intensificação de suas responsabilidades, uma precarização das condições de trabalho, sendo que o desenvolvimento salarial não acompanha o ritmo destas mudanças. A perda de controle sobre o seu trabalho e a perda de tomada decisões tem imbricado inclusive numa perda de identidade por parte dos docentes em relação ao seu trabalho, como defendido por alguns autores.

Diante destas discussões quanto ao pertencimento do trabalhador docente à classe-que-vive-do-trabalho, cabe-nos agora discutir sobre as questões relacionadas a identidade docente com a finalidade de compreender como tais assuntos podem estar interligados.

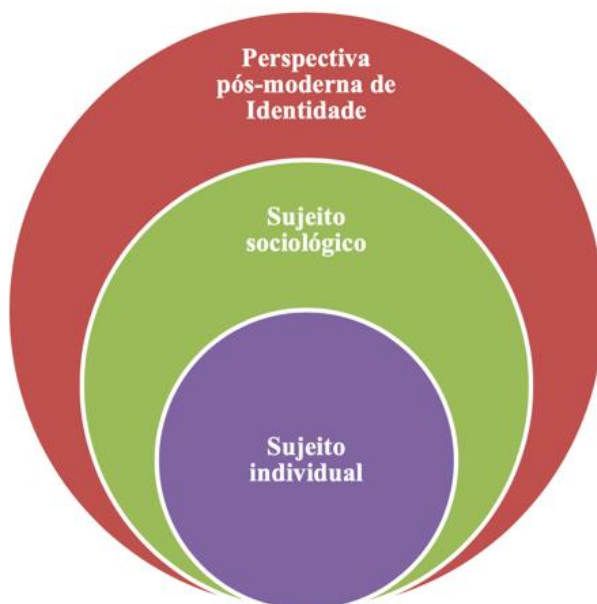
## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Quais as conseqüências da posição do trabalho docente enquanto classe na constituição da sua Identidade? A identidade do docente é forjada, principalmente, no fogo das relações sociais, mesmo antes de adentrar a formação inicial. É também alvo de descrédito por parte dos familiares tendo em vista a concepção do imaginário social que se refere a esta como uma “subprofissão”. Sobre isto Frigotto (2010) nos adverte que, considerando que o homem é, sobretudo, um ser social, uma vez que sua individualidade e

natureza relacionam-se também com outros seres humanos. E essas relações humanas são históricas. Logo, ser social é condição histórica e inerente a vida humana.

A docência é uma atividade que tem como objeto, o próprio ser humano, pois a natureza desse trabalho é lidar com constantes relações sociais de caráter dialético permitindo ao docente, no ensinar, aprender e aprendendo é também modificado, transformado. No entanto, como podemos conceituar a identidade? E a identidade docente? Como o docente se reconhece? De que maneira é reconhecido? Hall (2006) considera a identidade a partir de 3 concepções: o individual, o sociológico e a visão pós-moderna (Quadro 1):

**Quadro 01.** As concepções da identidade docente segundo Hall (2006)



**Fonte:** da autora.

O **sujeito individual** representa o sujeito-em-si. O **sujeito sociológico** é aquele se reconhece na relação com os outros. É um sujeito forjado no fogo da sociedade. A **perspectiva pós-moderna** as identidades anteriormente citadas encontram-se em constante mutação, não significando transformação, mas adaptação para atender as exigências da pós-modernidade. Neste sentido esta identidade nos parece ser facilmente manipulada e, conseqüentemente, impossibilitada de exercer sua autonomia. Nesta perspectiva reforça-se a ideia de trabalho alienado e expropriado, pois não há liberdade de ação/criação, exercício necessário ao trabalho docente.

Outros autores que ocupam-se na investigação acerca da construção da identidade e da identidade docente frisam a necessidade de enxergarmos a identidade enquanto algo dinâmico, fluido, que se modifica, que sofre variações: “a identidade nunca é dada, ela sempre é construída e deverá ser (re)construída em uma incerteza maior ou menor e mais ou menos duradoura” (DUBAR, 2005, p.135).

Diferentemente de algumas concepções de Hall (2006), Dubar acredita que as mudanças são consequências das relações dos sujeitos e não dos ditames do capital. Os sujeitos, historicamente, vão se transformando conforme as necessidades sociais. É claro que não podemos ser ingênuos e acreditar que o capitalismo não interfere nesta mobilização, mas, neste contexto, ocorrem micro revoluções constantes que vão delineando as ações dos sujeitos em sociedade e as individualidades.

Considerando que, segundo Cardoso (2011), não existe identidade que não sofra alterações ou que permaneça inerte ao contexto social ao qual esteja inserido, nos questionamos: a classe que o trabalhador docente se insere reflete na construção de sua identidade? Consideramos que a identidade do sujeito docente se faz pelas relações sociais e históricas, uma vez que não se trata apenas de como o sujeito se vê ou se reconhece, mas também como a maneira como é visto ou reconhecido.

Na visão de Dubar (2005), um dos aspectos mais significativos no que diz respeito a construção de uma identidade seriam as relações sociais ao qual esses atores estão submetidos, sejam elas individuais ou coletivas, de vida ou de trabalho: “Todas as identidades visuais são consideradas em processos históricos e contextos simbólicos” (DUBAR, 2005, p. 21).

Cardoso (2011) nos lembra que as identidades estão relacionadas ao “pertencimento social” do indivíduo, em um contexto “temporal e espacial” em relação ao sexo, religião, classe social e etc, sendo estes também sensíveis a alterações, ou seja, a novos contextos ou novos modelos.

Diante dessa argumentação podemos considerar que a emergência de uma determinada identidade docente, por exemplo, a de “trabalhadores do ensino”, seria marcada por processos contraditórios, tensões e incertezas, entre as trajetórias biográficas decorrentes de experiências individuais e grupais e situações relacionais vivenciadas dentro de um determinado meio, seja o *métier* profissional ou social, por parte dos atores envolvidos” (CARDOSO, 2011, p. 194)

Entretanto, a identidade do trabalhador docente tem a ver com a necessidade da compreensão da realidade concreta da atividade docente. Assim, a partir da experiência profissional são forjadas imagens decorrentes das situações de trabalho. (CARDOSO, 2011,



p. 192). Portanto, a construção da identidade docente passa também pelas lutas sociais, pelo contexto do trabalho docente de sujeitos posicionados historicamente, pelo imaginário social ao qual o trabalho docente é submetido. Está intimamente ligada ao trabalho, pois trabalho é um importante fator de constituição da identidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo, mesmo inicial, aponta alguns resultados que convergem para o objetivo aqui proposto: analisar a construção da Identidade do Trabalhador Docente, considerando este enquanto parte da chamada “classe-que-vive-do-trabalho”.

Os resultados apontam que o docente se constitui de uma classe que vive do trabalho. Foi possível perceber o papel de destaque deste profissional, o contexto e a realidade do seu trabalho que, cada vez mais marcam a formação identitária do trabalhador docente, o qual demonstra considerar os aspectos relacionados às condições sociais de produção do trabalho. Mesmo que sua posição o coloque como intelectual, vende sua força de trabalho para se sustentar o constituindo como trabalhador assalariado, mesmo desenvolvendo um trabalho imaterial. Sua identidade, portanto, se delineia das mediações de sua prática ou mesmo antes, no convívio com os sujeitos do meio social em que vai se forjando, seja o apoiando ou o negando enquanto profissional.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação o trabalho. São Paulo: Boitempo. 1999.

CARDOSO, Maurício Estevam. Identidade(s) docente(s): aproximações teóricas. In: OLIVEIRA, D. O.; PINI, M. E.; FELDFEBER, M. (orgs.) **Políticas educacionais e trabalho docente** – perspectiva comparada. Belo Horizonte: Fino traço, 2011 p .187 – 213.

DUBAR, Claude. **A Socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo (Org.) **A dialética do trabalho**. Escritos de Marx e Engels. 2 ed. São Paulo: Expressão popular, 2013. Volume I (p. 13-30).

FIDALGO, Nara Luciene R. e FIDALGO, Fernando. Trabalho Docente e a lógica produtivista: conformação e subjetividade. In: OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M. e

FIDALGO, Nara Luciene R. (Orgs.) **A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividade.** Campinas, SP: Papyrus, 2009. (p. 91-112).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro. DP&A, 2006.

HARDT, M.; NEGRI. **Império.** 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HYPOLITO, Álvaro Moreira; GRISHCKE, Paulo Eduardo. **Trabalho imaterial e trabalho docente.** Educação (UFSM), Santa Maria, p. 507-522, set. 2013. ISSN 1984-6444. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/8998>. Acesso em: 17 jul. 2018. Dói:<http://dx.doi.org/10.5902/198464448998>.

MARX, K. O processo de trabalho ou o processo de produção de valores de uso. In: **O Capital.** (V. I Parte III: A produção de mais valia absoluta, Capítulo V: Processo de trabalho e processo de produção de mais valia). Tradução de Reginaldo Sant'ana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 12 ed. 1989. (p. 2001-210).

\_\_\_\_\_. **O Capital: Mais valia absoluta e mais valia relativa.** In: O Capital. (Vol. II, Capítulo XIV). Tradução de Reginaldo Sant'ana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 12 ed. 1989. (p. 583-594).

OLIVEIRA, Andrade Dalila. VIEIRA, Fraga Livia. **Trabalho na Educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros.** Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012. (p.19 a 62 / p. 153 a 190 / p. 211 a 229 / p. 298 – 324).

VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. G. Imagens sociais da docência: a multiplicidade dos pontos de vista. VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. G. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa.** São Paulo: Cortez, 2009 [p. 155-225]